



# 2012

## Discursos do Presidente da Liga dos Combatentes

### ÍNDICE

(Clicar com o rato na data para abrir o discurso pretendido)

[25.01.2012](#) – Apresentação do Livro «Goa, Damão e Diu» - SHIP

[14.04.2012](#) – Dia Nacional do Combatente

[21.04.2012](#) – VIII Convívio da Associação Portuguesa de Veteranos de Ontario

[15.05.2012](#) – Inauguração da Creche da Liga dos Combatentes – Porto

[11.11.2012](#) – Evocação do 94.º Aniversário do Fim da Grande Guerra, 89.º Aniversário da Liga dos Combatentes e 38.º Aniversário do Fim da Guerra do Ultramar

## APRESENTAÇÃO DO LIVRO «REVISITAR GOA, DAMÃO E DIU», NA EVOCAÇÃO DOS 50 ANOS DA INVASÃO DO ESTADO DA ÍNDIA PORTUGUESA

25 de janeiro de 2012

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

O Livro Revisitar Goa Damão e Diu que hoje aqui apresentamos, editado em 10 de maio de 2010 integrando as conferências feitas em setembro e outubro de 2006, no Forte do Bom Sucesso e no Instituto de Estudos Superiores Militares, promovidas pela Liga dos Combatentes e o Núcleo Impulsionador das Conferências da Cooperativa Militar, teve uma tiragem de 750 exemplares e ao fim de ano e meio encontra-se praticamente esgotado. Foram um êxito as conferências e foi um sucesso o Livro.

De facto, não se trata de uma opinião ou uma visão dos acontecimentos, mas de análises e relatos históricos de protagonistas e de vários testemunhos e estudos dos acontecimentos de dezembro de 1961 na Índia. Para além disso constituiu um livro motivador de novos testemunhos e após a sua publicação e o aproximar da data evocativa do cinquentenário dos acontecimentos, novos livros têm surgido e novos testemunhos têm sido escritos.

Desde que sou Presidente da Liga dos Combatentes, tenho apoiado a causa dos ex-prisioneiros da Índia. A própria sede da Associação que os representa está sediada na sede da Liga dos Combatentes.

No passado dia 15 de dezembro, estive presente na cerimónia presidida pelo senhor Ministro da Defesa Nacional, a convite do senhor Diretor da Biblioteca Nacional, na entrega, pela família, do arquivo do General Vassalo e Silva à Biblioteca Nacional.

Em 18 de dezembro, estive a convite do senhor Almirante Chefe de Estado-maior da Armada, numa cerimónia de homenagem aos marinheiros mortos em combate durante a invasão do Estado Português da Índia, pela União Indiana. O Vice-Presidente da Liga dos Combatentes Major-General Aguda, esteve também na Missa promovida pela ANPG em Homenagem aos militares caídos na Índia Portuguesa.

A Liga dos Combatentes tem-se sempre associado à causa dos combatentes ex-prisioneiros de guerra da Índia. O que referi no dia 19 de dezembro junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar na cerimónia evocativa do cinquentenário da invasão, serviu de orientação para o que vos vou transmitir hoje. O ano de 2011 sublinhou uma efeméride especial da vida dos portugueses e do destino de Portugal. Decorreram 50 anos sobre aquele nefasto acontecimento que marcou as nossas vidas e deu início à queda do Império português e por isso marcou também a História de Portugal.

A História da nossa e das gerações futuras de Portugal.

O ano de 2011 foi sem dúvida um ano de profunda reflexão sobre o que foi a guerra global travada pelas Forças Armadas ao serviço de Portugal, sob a orientação e decisão política de então, com as consequências drásticas conhecidas. Reflexão e evocação do esforço da Nação portuguesa e das suas Forças Armadas em vários Teatros de Guerra, numa dimensão global: - Angola, Índia, Guiné e Moçambique. Não houve país no mundo, em que as suas Forças Armadas se tivessem que empenhar sucessiva e simultaneamente, em 4 teatros de operações, naquele espaço de tempo, a

dezenas de milhares de Km da sua base da retaguarda política e logística. Estamos ainda hoje, de facto, num período de partilha de memórias e é, no momento, o então Estado da Índia Portuguesa, o espaço estratégico da reflexão.

Os narradores principais e mais fidedignos dos acontecimentos, têm por isso sido soldados de Portugal. Atores que simplesmente descrevem momentos que misturam a esperança e as certezas da vida, com as dúvidas e a desilusão, a coragem com o medo, o amor pátrio com a revolta, a vontade de cumprir um dever, com a incapacidade sua e de quem os rodeia, para o fazerem, a raiva corajosa com a cobardia obrigatória.

A vida e a morte entrelaçam-se, com o sentimento de uma hora marcada sem glória, a contrariar o seu profundo sentimento de soldados que se sentem com moral para se baterem, mas a quem não são dados os meios bélicos mínimos para combater e se lhes exige que morram pela Pátria, até à fome e à falta de munições, donde apenas poderão sair vitoriosos ou mortos.

Mesmo nessas condições Soares Anjos, soldado em Diu, descreve no seu diário, a admiração pelo seu comandante, que lhe manda em momento crítico içar a Bandeira Nacional sem quaisquer honras militares, dizendo-lhe “Vai içar a bandeira que aqui ainda é Portugal”, e passa depois pela situação mais dramática que em guerra um militar pode sofrer, a de prisioneiro de guerra, desabafando nesse diário:

“O primeiro espetáculo que se deparou aos meus olhos, foi o dos aviões a bombardearem desumanamente a Bandeira das Quinas, aquela que umas horas antes havia içado”, continuando: - “O bombardeamento continuava em massa. Já não eram militares, já não eram homens, já não eram portugueses os que se encontravam ali metidos. Chorava-se não com o medo da morte, mas de raiva por ter que morrer ali cobardemente”.

E mais tarde a 24 de dezembro relata: “Diu foi atacado por terra, mar e ar no dia 18 de dezembro de 1961, e eu, nesta data tão triste, véspera de Natal, encontro-me vivo e são. Estou encarcerado na cela n.º 19 da ex-penitenciária da Índia em Diu. Nesta mesma cela estiveram presos grandes criminosos. Agora encontro-me eu e outros militares, expiando o crime de termos defendido dentro das nossas possibilidades o retalho de terra portuguesa com o nome de Diu. Mas acima de tudo e contra tudo o que eu imaginei, estou vivo”.

Ao transcrever estas passagens das primeiras páginas de um diário de um soldado, que em 1961 se encontrava na Índia e onde revela patriotismo e disponibilidade para o combate, interrogo-me quanto ao que fez desbaratar este estado de espírito de entrega tantas vezes revelado pelo soldado português ao longo da História.

Não me parece que errarei muito se disser que foi uma incoerência política e uma estratégia diferenciada para o extenso território português de então, para além de alguns erros das chefias locais na preparação e conduta das operações.

Inicialmente os discursos políticos pareciam estar de acordo com a própria constituição, onde se definia o território nacional de Minho a Timor, uno e indivisível, cabendo às Forças Armadas também elas unas ao longo desse todo território nacional, a sua defesa. Foi por isso que os sucessivos comandos militares, desde o fim dos anos quarenta, foram estabelecendo planos de defesa até aos planos Gralha e depois Sentinela, todos eles admitindo uma fase de retardamento e depois uma fase de defesa do território.

É assim que em 22 de julho de 1955 num comunicado da Presidência do Conselho de Ministros, Salazar afirmava “A nossa total compreensão e firme desejo de viver em paz e amizade com a União Indiana não têm sido compreendidos, nem tido mais favorável resposta que dizerem-nos dever a questão ser pacificamente resolvida. Entendamo-nos. Se por “questão de Goa” se entender a transferência para a União Indiana da soberania sobre os territórios portugueses da Índia, é seguro que a questão não se resolverá por meios pacíficos.”

Fazia um ano sobre o ataque da União Indiana a Dadrá com os primeiros mortos da nossa parte. Salazar ameaçava então usar a força. Ao contrário, a estratégia que seguiu foi reduzir ao mínimo as forças então existentes. Se foi admitida a possibilidade, pelo governo português, em 1955, da questão de Goa não se resolver por meios pacíficos, será caso para nos interrogarmos porque se não tomaram as medidas ao alcance do país, para que isso fosse visível e, ao contrário, se reduziram ao mínimo as forças armadas nos territórios, apresentando-se a situação dramática em 1961?

Simplesmente porque a estratégia adotada, não correspondeu à política definida. Se marchámos para Angola “rapidamente e em força” porque não se adotou semelhante atitude para com a Índia, já que ainda se não tinham aberto as frentes de Guiné e de Moçambique, para as quais houve forças?

Pela simples razão que em Goa (com a vizinha Índia), em Macau (com a vizinha China) e em Timor (com a Vizinha Indonésia) se admitiu certamente serem indefensáveis. Mas determinava-se politicamente que fossem defendidas a todo o custo. Incoerentemente com a política definida usava-se uma estratégia de risco mínimo e o sacrifício máximo. Portugal não foi de facto do Minho a Timor, mas do Minho ao Rovuma. Do Minho a Moçambique. No oriente quanto menos efetivos menos dramatismo, mas quem lá estivesse era politicamente, para se sacrificar, heroicamente ou não. Exigia-se “abnegação” e “sacrifício com os olhos postos bem no Alto” em “autêntica batalha de sacrifício”, “lutando até ao último homem, o último vívere, o último cartucho.” Este sentimento das chefias militares nacionais expressa em Parecer do Conselho de Chefes de Estado Maior do Exército e da Armada, de 11 de janeiro de 1963, sobre os acontecimentos, representa a interiorização de política e de uma estratégia premeditada e assumida de risco mínimo e sacrifício máximo.

O mesmo conceito foi aplicado em Macau e em Timor. Diga-se que até mesmo depois do 25 de abril. A vida da nossa geração foi especialmente condicionada por três figuras políticas dominantes. Um político idealista teimoso, a que se seguiu um político idealista pouco corajoso e depois um político descolonizador tempestuoso. Foi com o primeiro, o político idealista teimoso, que caiu a Índia Portuguesa.

A intranquilidade do seu governo foi gerada por causas próximas que se agudizaram a partir do ano de 1957 e que determinaram as circunstâncias da queda da Índia. Assinalam-se, como reforço de uma política internacional desajustada, quer queiramos quer não, aos chamados ventos da história, os acontecimentos marcantes da vida nacional, nomeadamente: - A oposição do General Humberto Delgado que conduziu a eleições, a oposição dos “católicos progressistas” e a carta do Bispo do Porto e a sua conseqüente saída de Portugal, a visita do General Eisenhower a Portugal e a viragem americana com a vitória de John Kennedy nas eleições americanas do mesmo ano 1960, a que se segue o início da guerra em Angola 1961, precedida dos episódios da crise do pacote Santa Maria com Henrique Galvão e o golpe de Botelho Moniz.

Pela primeira vez, e iniciando um duelo de palavras e ações que se seguiriam, os Estados Unidos aprovam uma moção apelando às autoridades portuguesas que reformassem a administração local e adotassem medidas tendentes a obter a independência de Angola. A União Soviética adotava idêntica atitude apoiando movimentos contrários dos EUA. Na Europa a grande Inglaterra e a grande França, viam refluir o seu Império. A conferência de Bandung produzia os seus efeitos. Estas as causas próximas que aceleraram a queda da Índia. Se em Angola, 4 de fevereiro e 15 de março de 1961 assinalam o início da guerra em África, acontece que em Goa, a 30 do mesmo mês e ano, é assinalada uma incursão armada na fronteira Norte de Goa.

Em Angola, depois Moçambique e Guiné a discussão política, militar e diplomática duraria treze anos. Em Goa, a profunda discussão, após a Índia ter comunicado aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha que tencionava “integrar a Índia portuguesa nos seus territórios nos meses mais próximos” duraria realmente meses. O povo português foi então acusado por Nheru, em 1961, de estar a viver noutro século e que o tempo da diplomacia se tinha esgotado. A análise de toda a informação disponível e a sua interpretação, não podia se não levar à conclusão de que o emprego da força, noutras proporções para obter efeitos decisivos, era altamente provável.

Acontece que da nossa parte já em 1955, portanto seis anos antes, Salazar em comunicado da Presidência do Conselho de Ministros, como já referi, afirmava Portugal disponível para usar a força. Uma conclusão é lícito retirar. Enquanto a União Indiana evoluiu do desejo de negociação confirmado em 1952 para um aumento graduado da ameaça, seguido de agressão em 1961, Portugal evoluiu da determinação do emprego da Força em 1952, para a redução dessa mesma Força a um nível que impedia qualquer negociação, porque seria sempre numa posição de extrema fraqueza.

Da leitura do livro Revisitar Goa Damão e Diu, permite uma análise clara do que sucedeu, mas outras fontes e a consulta de relatórios e relatos existentes, podemos logicamente concluir que no processo de decisão português, não foram pelo Comandante-Chefe, consideradas, em termos de estudo de situação de informações, as reais possibilidades do inimigo realizar uma ofensiva, em que a possibilidade mais provável coincidia com a mais perigosa, nem tão pouco as suas intenções, sistematicamente reveladas. Nem os indícios técnicos existentes. Mas foi dada sim importância determinante para as ações a tomar por Portugal, em Goa, às eventuais características pessoais do chefe inimigo com as suas supostas doutrinas pacifistas.

Quando a “questão de Goa” se desenvolve nestes termos, política e diplomaticamente durante uma década, não deixa de ser surpreendente que na última ordem política emitida, se exijam aos militares oito dias para ganhar tempo diplomático, sabendo que, mesmo que fosse ganho, a haver negociações, seriam sempre, como já referi, em posição de extrema fraqueza.

Surpreendente é a resposta do governador ao aceitar pacificamente essa ordem. Certamente respondeu como Governador, ou seja, como um político responde a um político. Não respondeu como General Comandante-Chefe, perfeitamente conhecedor dos inadequados meios militares disponíveis, em pessoal e material e da falta de condições de organização do terreno e da preparação dos meios, e da falta de mentalização e doutrinação para uma defesa a todo o custo, como lhe haviam determinado e era conhecido ao longo dos anos, que era a missão a cumprir.

Justiça seja feita que, em termos políticos, a prática foi mais de rotura perante as ordens recebidas do que a referida resposta. De facto, recusou a trasladar S. Francisco Xavier para Portugal, dizendo que era património de todos os portugueses e indianos. Recusou-se a retirar os aviões civis

disponíveis para Carachi dizendo que eram necessários para fazer evacuações. Recusou-se a participar na destruição da Roma do Oriente. Recusou-se a sacrificar a população goesa. Recusou-se finalmente, fruto das circunstâncias ou do seu íntimo, a sacrificar os seus 4200 homens perante uma ofensiva de 45.000 homens com 25000 em reserva, devidamente equipados e com supremacia aérea e superioridade de fogos e naval a rondar a supremacia. Isto não impede de se reconhecer, dever ser considerada deficiente a preparação e a conduta das operações, bem como algumas rendições extemporâneas sem empenhamento efetivo em combate.

Politica e militarmente exigia-se em Lisboa a inscrição de mais mártires na História de Portugal. Do relatório e parecer final pode ler-se; “Em muitas batalhas dos portugueses não só em Aljubarrota e em África como até no próprio oriente foi bem diferente a atitude dos chefes”.

É evidente, como já referi, que em termos políticos e militares, a nível nacional, o conceito do “rapidamente e em força” foi unilateral e injustamente aplicado. Aplicou-se em Angola. Não foi aplicado em Goa. Ambos eram ao tempo, considerado território nacional. E se foi entendido que tal conceito não podia ser aplicado em Goa, só podia haver um caminho, prepararem formas de negociação digna.

Exigir aos militares o sacrifício total, só se o governo tudo tivesse feito para garantir os meios mínimos possíveis para que moralmente o pudesse exigir.

É por todos reconhecido que isso não aconteceu. A análise política e militar da situação de Goa, vista de Lisboa, não foi pois a mais correta. Mas em termos militares locais, parece ter havido, ao longo dos anos, de facto, uma certa apatia.

Estive em comissão em Macau em 1975/78. Tive ocasião de observar que os planos existentes de defesa a todo o custo do território, vindos dos anos cinquenta, tinham materialização na organização do terreno e visitei as trincheiras ainda existentes na área do Farol da Guia e Portas do Cerco bem como as posições preparadas de artilharia. Aliás na linha do início do século, da construção da fortaleza do Monte, em 1917. Mas, não só as políticas, mas os tempos e os equipamentos, exigiram a alteração profunda dos conceitos estratégicos da defensiva e da ofensiva. Sinceramente me interroguei como se pôde pensar-se em meados do século XX, numa defesa a todo o custo de Macau. Mas os planos estavam ali e o terreno para isso tinha sido preparado.

Fui responsável pela Segurança do Território de Macau. Fui responsável pela reorganização das Forças Armadas e Militarizadas de Macau. Da análise então feita no estudo de situação de informações concluí em 1975: As Forças Armadas não têm missão viável a cumprir no território. Macau tem um problema de segurança interna. A defesa externa só poderá ser garantida por meios diplomáticos. Essa decisão, superiormente aceite, permitiu anos de tranquilidade necessária a negociações que permitiram, se assim lhe quiserem chamar, uma “descolonização exemplar”.

Do que tenho lido e ouvido, em Goa, não me apercebo que em termos militares, os planos datados dos mesmos anos cinquenta e posteriores, fossem treinados, tivessem induzido espírito de missão de defesa a todo o custo, ou tivessem mesmo implantação no terreno. A organização do terreno, materializando o conceito dos planos de defesa e o seu treino periódico, não me parece terem existido. Esse facto terá provavelmente resultado em alguma desorganização, em especial no último reduto previsto para a defesa de Goa.

Enfim, no oriente, quanto menos efetivos houvesse menos dramatismo haveria, mas quem lá estivesse no momento errado, era para sacrificar. Concluindo direi que não só a obra em apreço como tudo quanto tenho lido sobre o assunto me permitem concluir:

- Terá sido uma análise política menos correta a nomeação de um Governador e Comandante-Chefe a quem foi transmitida, ou assumida, mais a preocupação de, utilizando a sua formação de engenheiro militar, recuperar o património da Roma do Oriente, do que propriamente a preocupação da defesa do território que se veio a revelar como prioridade decisiva;
- As Chefias Militares em Lisboa, interiorizaram a política do governo, assumiram e terão mesmo aconselhado a estratégia do risco mínimo e o sacrifício máximo, estratégia que veio a adotar-se a todo o Oriente;
- As Chefias militares em Goa, superiores e algumas intermédias, minimizaram durante anos a preparação das forças existentes, do que resultou na hora decisiva, alguma falta de clarividência na análise das possibilidades do inimigo, falta de espírito de missão, relativamente à missão recebida, o que conduziu, mesmo sem transmissões e outros meios de ligação, a alguma desorientação e rendições extemporâneas, sem empenhamento em combate.

Horas extraordinariamente difíceis que só o tempo passado, nos permite hoje, com liberdade intelectual embora condicionada, como sempre, pelas informações e conhecimentos obtidos, fazer de espírito aberto, os comentários suficientemente informados. Comentários que colocámos a nível político, da estratégia geral e da estratégia operacional e jamais ao nível tático. A ação no terreno é sempre o reflexo da ação de comando.

Em honra, dos que nessas horas viveram este momento difícil da História de Portugal, evoquemos a memória dos que caíram na Índia, nomeadamente os quinze caídos em Goa, os sete caídos em Damão e os dois caídos em Diu. Salientemos António do Rosário e Aniceto do Rosário da PEI, as primeiras vítimas, Santiago de Carvalho do Exército e Oliveira e Carmo da Marinha, como símbolos daqueles que caíram, bem como dos que hoje podem testemunhar o que foi um erro político e um sacrifício militar.

O livro «Revisitar Goa Damão e Diu» é um belo testemunho escrito desse erro e desse sacrifício.

O Presidente da Liga dos Combatentes  
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

## DIA NACIONAL DO COMBATENTE

14 de abril de 2012

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Exmo. Senhor Ministro da Defesa Nacional Excelência

Cumpre-me em nome de todos os Combatentes, da Liga dos Combatente e de todas as Associações nacionais e estrangeiras que quiseram mais uma vez estar presentes neste dia comemorativo, agradecer a vossa Ex.<sup>a</sup> ter-se dignado presidir a esta histórica e tradicional cerimónia.

Vimos aqui promover a história e enaltecer os valores que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> tanto tem sublinhado nas suas intervenções como Ministro da Defesa Nacional.

Agradecimentos extensivos ao Exmo. Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Defesa nacional.

Exmo. Senhor Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, como o mais alto responsável das Forças Armadas Portuguesas, é para nós uma honra a sua presença bem como a dos senhores Chefes de Estado-Maior Armada, do Exército e da Força Aérea, símbolos máximos e representantes de um conjunto de homens e mulheres que hoje, como os de ontem, estão dispostos a dispor das suas vidas na defesa militar dos interesses vitais do país. Instituição única, insubstituível na qual nos revemos como antigos combatentes e à qual nos honra ter pertencido e integrados nela, termos lutado por Portugal.

Excelência Reverendíssima Senhor Bispo das Forças Armadas e de Segurança. A sua permanente presença nesta cerimónia, ao longo dos anos, tem sido um conforto espiritual que agradecemos e nos trás sempre à memória os momentos mais difíceis das nossas vidas de combatentes, pois é nesses momentos que mais rapidamente nos aproximamos de um Deus.

Exmos. Senhores Deputados à Assembleia da República; Exmo. Senhor Presidente da Câmara da Batalha; Exmos. Senhores Almirantes, Generais e Diretores-gerais; Exmos. Senhores Adidos de Defesa de países amigos; Exmos. Senhores Presidentes de Associações de Combatentes e de Núcleos da Liga dos Combatentes

Ilustres convidados

Minhas Senhoras e meus Senhores

Caros Combatentes e Exmas. Famílias

Mais uma vez evocamos, neste lugar histórico de Portugal, o Dia do Combatente. Neste lugar simbólico que enaltece feitos de armas do século XIV que garantiram a identidade da Nação portuguesa, foi superiormente decidido dar-lhe uma dimensão perene, ao colocar na sala do capítulo deste Mosteiro da Batalha, os restos mortais de dois portugueses que caídos na Europa e em África durante a I Grande Guerra Mundial, incorporam os sentimentos de veneração e respeito por parte de todos os portugueses para com aqueles que algum dia tiveram que, de armas na mão, bater-se e sacrificar-se pelos valores e interesses vitais do país desde a sua fundação aos nossos dias.

Há precisamente 900 anos, neste mês de abril de 1112, falecia o Conde D Henrique, senhor do Condado Portucalense, após, nesse mesmo ano, ter tomado medidas para minimização da crise e das ameaças dos Almorávidas.

Há 800 anos, em 1212, D. Afonso II viu-se envolvido em guerra com o rei D Afonso IX de Leão. O exército leonês e o de nobres exilados portugueses, atacaram e ocuparam grandes áreas da região transmontana. Nesse mesmo ano foi amenizada a crise com a assinatura de um tratado de paz entre Afonso II e o rei leonês, mas a ameaça à segurança da fronteira beirã e transmontana impediu outras expedições para alargamento do território. Cem anos depois, em 1312 crise na corte, com uma divisão no seio da nobreza e crise externa com Aragão que conduz a uma série de anos em que a política externa foi marcada pelas difíceis relações com Castela para demarcação da fronteira luso-castelhana.

Em 1412, decorridos mais cem anos, D. João I oferece-se para a conquista do reino de Granada, sem êxito, não obstante o país se debater com uma grave crise cerealífera, grassando a falta de pão e a consequente fome. Preparavam-se os meios para partir para Ceuta.

Decorrido mais um século 1512 demarca-se ainda a fronteira entre D. Manuel e D. Joana de Castela, mas já se discute entre estes, os mares de cada um dos reinos e Afonso de Albuquerque prepara-se para a expedição do Mar Vermelho. Já em 1612, Portugal procurava a Índia por terra, criava a diocese de Moçambique e vivia a chamada trégua dos doze anos entre a Espanha e a Holanda.

Mas em 1712 um quadro negro da situação económica do país era agravado com guerras com a Espanha e França atenuadas por uma suspensão de armas por quatro meses entre D. João V, Luiz XIV e Filipe V enquanto uma armada francesa saqueava a ilha de Santiago, em Cabo Verde.

O quadro cíclico não seria melhor passado cem anos. De facto, há precisamente 200 anos, neste mês de abril, com o país devastado por três invasões de exércitos napoleónicos, os combatentes do exército anglo luso batia-se entre Elvas e Badajoz a sul e entre Almeida e Cidade Rodrigo a Norte, para em Salamanca garantir a sua independência e iniciar a reposição de uma devastada população e a edificação de novas estruturas políticas, económicas, sociais e culturais, embora em agitada convulsão.

Em 1912, Portugal, com metade da população de hoje, com 80% de portugueses trabalhando na agricultura e 75% de analfabetismo, debatia-se com a crise resultante da mudança de regime e com reformas estruturais. Logo em janeiro de 1912 com uma greve geral em Lisboa em solidariedade com trabalhadores rurais do Alentejo, enquanto em Londres por nota oficiosa se desmentiam os boatos de que da Inglaterra e a Alemanha haviam chegado a acordo na divisão das colónias portuguesas de África, sendo esse o começo das razões da decisão de Portugal entrar na I GG 1914/1918, ao lado dos aliados, para defesa dessas mesmas colónias.

Nessa nossa história estão também incluídos aqueles combatentes que na segunda metade do século XX se bateram ou caíram na guerra em África nos anos 1961 a 1974 bem como aqueles que a partir de 1995 caíram ou participam nas missões de manutenção ou imposição da paz e humanitárias ao serviço das Forças Armadas portuguesas.

Os anos de 1918, fim da IGG, 1974 fim da guerra em África e 1995 início das Operações de Paz e Humanitárias, são para os combatentes portugueses de hoje, a memória viva que os move e

comove e que os leva, há décadas, a convergir neste lugar e neste Dia de evocação de todos os Combatentes. Desta abordagem aleatória de momentos cíclicos e decisivos da nossa história, surgem-nos dois fatores permanentes, sempre presentes: os combatentes organizados em Forças Armadas e o carácter nacional. A constatação dessa permanência das Forças armadas levaria Mouzinho de Albuquerque a afirmar que Portugal é obra de soldados.

Por outro lado sendo o carácter Nacional moldado através do homem português que, como referiu Jaime Cortesão é a unidade na diversidade e segundo Keyserling uma multiplicidade que alberga ao mesmo tempo tese e síntese e segundo Fernando Pessoa um bom português, ser várias pessoas, é um facto que os valores do complexo sistema cultural português, produtos desse homem e das suas vontades, sínteses do carácter nacional, estiveram sempre ao serviço do interesse nacional, nos momentos de crise ou de conflito armado.

Foram os Combatentes e um carater nacional que no século XII e XIII conduziram à formação de Portugal. Foram os combatentes e o caracter nacional que No séc. XIV conduziram à garantia independência de Portugal. No século XV nas diversas guerras com Castela e no domínio dos mares.

No século XVI estiveram presentes na invasão de Portugal pela Espanha e em confrontos em várias partes do mundo. No séc. XVII nas guerras de restauração com a Espanha, na India, no Brasil e com a Holanda em diversos cantos do mundo. No séc. XVIII nas guerras com Espanha, Índia e África. No século XIX fazendo frente a três invasões francesas e numa guerra civil. No séc. XX na I e II Grande Guerras Mundiais e na Guerra do Ultramar.

Não houve, de facto, século da história de Portugal em que os combatentes como parte integrante dos Exércitos e das Forças Armadas portuguesas não tivessem que ser empregues mais que uma vez na defesa dos valores e interesses vitais do país. Tal significa que houve ciclos de crise que precederam ou se seguiram aos períodos críticos dos conflitos. Todos vencidos. Todos ultrapassados. Mas todos criadores de sacrifícios e de períodos de sofrimento e muito luto.

Se da análise das informações estratégicas prospetivas é difícil tirar conclusões futuristas credíveis, da análise das informações estratégicas de base, como o fator histórico, é verosímil concluir ser provável que ao longo do século XXI, Portugal venha igualmente a ser confrontado com situações que exijam do poder político, a aplicação das Forças Armadas em missões vitais para o país.

São esses fatores de base e não só a instabilidade ou o tipo de ameaça de hoje, que exigem sentido estratégico e de estado, pois ninguém poderá prospetivar a situação das ameaças a Portugal nos meados ou fim do presente século.

Não parece, pois, aconselhável o que alguns comentadores políticos e alguns sectores da vida nacional por vezes enunciam, ou seja, a discussão da existência ou não de Forças Armadas em Portugal. Uma coisa será face a um conceito estratégico de defesa nacional e de segurança, discutir a sua organização, a sua reestruturação nalguns sectores e as suas missões, outra, discutir a sua existência.

Seria discutir a existência do próprio país tal, como sempre se conheceu.

Permitam-me que cite Ortega e Gasset "...Meditate-se um pouco sobre a quantidade de valores, altíssimas virtudes, de genialidade, de vital energia que é preciso acumular para por de pé um bom

Exército. Como negar-se a ver nele, uma das mais maravilhosas criações da espiritualidade humana”.

Hoje dia do Combatente para além de evocarmos os feitos dos nossos combatentes ao longo da história, evocamos La Lys e o 9 de abril de 1918, sendo momento para recordarmos o que acontecia precisamente no ano de 1917, ano em que Portugal entrou na frente de combate, em França, há precisamente 95 anos. Evoquemos este 95º aniversário da entrada de Portugal na IGG, salientando factos significativos.

A 2 de fevereiro desse ano as primeiras forças do CEP começam a desembarcar em Brest e a 4.ª missão militar a deslocar-se para Moçambique.

A 4 de Abril de 1917 entrou em linha, há precisamente 95 anos, a primeira unidade portuguesa, dois meses depois de ter chegado a França. Nesse mesmo dia era morto o primeiro militar português António Gonçalves Curado. No mês seguinte tínhamos sofrido os três primeiros prisioneiros a que se seguiram as primeiras tropas afetadas por gases de guerra. Só em setembro acabou de se completar a entrada da 1ª Divisão portuguesa no sector da CE britânico, estando a 2ª Divisão em reserva.

Simultaneamente, em novembro, Portugal enviava para Moçambique a quarta expedição para fazer frente ao exército alemão e onde se viriam a sofrer 4.800 mortos em combate e por doença, para além de cerca de 100.000 civis, mas a manter intactos os interesses de Portugal e as fronteiras que ainda hoje são as fronteiras Norte de Moçambique.

Ainda nesse mês de novembro de 1917, em França, foi executada a pena de morte a que foi condenado pelo tribunal de guerra do CEP, o soldado João Augusto Ferreira de Almeida, pelo crime de traição.

Foi o único caso verificado, ao contrário de centenas de casos que sucederam nos exércitos, francês e inglês.

Será oportuno sublinhar que este caso do Soldado João Almeida tem despertado ultimamente alguns movimentos tendentes ao seu perdão.

No que diz respeito à Liga dos Combatentes sublinha-se que esse perdão está tacitamente aceite há muito, dado que o soldado Almeida embora condenado tem os seus restos mortais sepultados no cemitério de Richebourg, em França, ao lado dos seus 1830 camaradas, ali sepultados e caídos ao serviço da Pátria.

Foi também organizada a Esquadilha expedicionária a Moçambique tendo o Alferes Gorgulho, saindo de Mocímboa da Praia, realizado o primeiro voo de reconhecimento em África a 7 de setembro, tendo falecido no dia seguinte por queimaduras resultantes da queda do seu avião.

Com forças na frente de combate, Portugal assiste a uma retaguarda politicamente frágil que conduziu a 5 de dezembro à revolta de Sidónio Pais, à instalação de uma ditadura militar e à aceitação de uma proposta inglesa relativa ao CEP que o diminuiu como força representativa do país.

Podemos, finalmente, concluir que no ar, no mar e em terra, os nossos combatentes comportaram-se com bravura, rusticidade, dignidade e com grande espírito de cooperação e mereceram participar nas comemorações de vitória em 1918.

É, pois, com este sentimento de país vitorioso da história, por mais austera e difícil que ela tenha sido para os portugueses, que devemos encarar o presente e o futuro.

Com determinação, com esperança, com certeza de novas vitórias como povo. Povo de cidadãos, alguns fardados sempre que necessário, que deve continuar a orgulhar-se do seu passado e a acreditar no seu futuro. É por isso que termino dirigindo-me a esse futuro. À Juventude de hoje, à criança acabada de nascer, com uma poesia de Olavo Bilac, a Pátria.

### **A Pátria**

*Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste!  
Criança! não verás nenhum país como este!  
Olha que céu! que mar! que rios! que floresta!  
A Natureza, aqui, perpetuamente em festa,  
É um seio de mãe a transbordar carinhos.*

*Vê que vida há no chão! vê que vida há nos ninhos,  
Que se balançam no ar, entre os ramos inquietos!  
Vê que luz, que calor, que multidão de insetos!  
Vê que grande extensão de matas, onde impera  
Fecunda e luminosa, a eterna primavera!*

*Boa terra! jamais negou a quem trabalha  
O pão que mata a fome, o teto que agasalha...  
Quem com o seu suor a fecunda e umedece,  
Vê pago o seu esforço, e é feliz, e enriquece!  
Criança! não verás país nenhum como este:  
Imita na grandeza a terra em que nasceste!*

O Presidente da Liga dos Combatentes  
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

## VIII CONVÍVIO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE VETERANOS DE ONTÁRIO, CANADÁ

21 de abril de 2012

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

No dia em que a Associação Portuguesa de Veteranos do Ontário e Núcleo da Liga dos Combatentes em Toronto realiza o seu VIII Convívio Anual, permitam-me que, em meu nome pessoal, em nome da Direção Central da Liga dos Combatentes de Portugal e em nome de todos os Combatentes que representamos, saúde o Presidente e os demais membros da Direção da Associação e Núcleo de Toronto.

Permitam-me que saúde todos os ilustres convidados presentes, reconhecendo neles o elevado e extraordinário apreço em que têm este grupo especial da Comunidade Portuguesa que escolheu o Ontário como terra de acolhimento e à qual se dedicou de forma que muito honra a Nação Portuguesa.

Aos Combatentes que, na diáspora, buscaram as sonhadas condições de vida que no País não conseguiram concretizar, que hoje aqui se encontram acompanhados da familiares e amigos, saúdo com muito respeito, pelo Portuguesismo e pelos valores que tanto evidenciam e que tão forte e sentidamente os congrega em volta de uma condição comum, cimentada nos momentos difíceis que todos viveram e na indestrutível camaradagem que sempre os uniu. Ser Combatente, é modo de estar na vida, é ter orgulho em ter servido ou servir sob a Bandeira Verde-rubro, é sentir no coração " A Portuguesa" e nela reconhecer "entre as brumas da memória, o esplendor de Portugal"!

Eventos como este em que estais a participar, só nos alimentam a razão de ser, o orgulho que temos em termos servido nas Forças Armadas Portuguesas e em podermos pertencer a esta Instituição que nunca esqueceu, não esquece e nem esquecerá aqueles que juraram, um dia, bater-se pelo seu País. De todos nós, muitos, infelizmente, tiveram a oportunidade de o fazer, regressando, uns, mais homens e mais fortes, outros, voltaram deficientes e, outros ainda deram a própria vida. Porém, orgulhamo-nos por ter cumprido esse dever! Para nós, Combatentes, para aqueles que, um dia, tiveram a desdita de ter pegado numa arma para fazer fogo, sentimos que devemos ser considerados cidadãos diferentes. Todos temos os mesmos direitos e deveres, mas o Estado quando nos meteu uma arma na mão e nos escolheu, tornou-nos diferentes dos outros cidadãos.

Não se podem esquecer estes cidadãos, porque eles são diferentes dos outros enquanto forem vivos e continuarão a ser diferentes dos outros, depois de mortos, porque foram os melhores a defender o País e, portanto, o Estado, que tem obrigações especiais - tem de ter um reconhecimento especial para com esses cidadãos. A Liga dos Combatentes, com o apoio de todos nós, continuará a lutar, em permanência, para que os Combatentes tenham os direitos e o apoio que merecem, tanto os que já deixaram a farda como aqueles que ainda hoje a envergam. E porque todos sabemos que só "a união faz a força", é tempo de uma vez por todas, que os Combatentes se mantenham unidos, rejeitando protagonismos sem fundamento e contrariando manifestas intenções de os dividir e, desse modo, poderem ser proteladas, por mais tempo, as necessárias e imprescindíveis medidas de apoio. Os tempos não vão de feição para atitudes precipitadas e as mudanças só podem advir de propostas fortes e bem estudadas para que daí não resultem mudanças para pior, quando o que se deseja é que elas aconteçam para melhor.

Numa altura em que os Combatentes por Portugal, residentes no Ontário, têm já em curso um programa conducente à construção, em Oakville, de um Monumento de Homenagem aos Combatentes e nela integram a intenção de homenagear também o Combatente Canadano, permitam-me que, publicamente, identifique tal decisão como relevante e distinta, de que resultará Honra e Lustre para Portugal e da qual, oportunamente, se procurará reconhecimento junto dos Órgãos de Soberania de Portugal.

Aqui e em qualquer parte do mundo, orgulho-me de vós, Combatentes por Portugal!  
A alguns de vós tive, também, o privilégio de Comandar!

A todos, às vossas famílias e amigos, desejo as maiores felicidades!

BEM-HAJAM COMBATENTES

O Presidente da Liga dos Combatentes  
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

## A INAUGURAÇÃO DA CRECHE DA LIGA DOS COMBATENTES (PORTO)

15 de maio de 2012

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

No ano em que se perfazem 95 anos sobre a criação do Lar dos Filhos dos Combatentes, este “deixou de ser uma edificação nos arredores do Porto”. “A cidade expandiu-se e rodeou-o. Mas não o absorveu”. Fundado em 25 de maio de 1917 pela Junta Patriótica do Norte, esta inaugurada em 20 de março 1916 e de que a Liga é herdeira espiritual e material, teve como objetivo imediato a Assistência a órfãos de guerra, inicialmente com a designação de “Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses” que se batiam em França e em África. Então na Rua da Cedofeita NR 461.

Gostaria de sublinhar que a primeira Sede da Junta Patriótica do Norte foi na Câmara Municipal do Porto, onde em Assembleia Geral de 8 de maio de 1916, um movimento patriótico que a própria Câmara impulsionou, deu origem aos princípios e objetivos da Junta que a Liga dos Combatentes incorporou. O art.º 7º do regulamento do LAR estabelecia que as crianças poderiam ser admitidas desde o nascimento até aos 7 anos, considerando-se que desde que a Junta tivesse condições para criar uma Escola Profissional, poderia o apoio aos órfãos estender-se até aos 14 anos. São a origem e os serviços prestados que sempre justificaram os subsídios com que então a Câmara Municipal apoiou o Lar bem como a “inesgotável benemerência dos portuenses”.

O Lar dos Filhos dos Soldados que foi uma verdadeira Creche foi instalada desde 1934, na Quinta Amarela, comprada pela Junta Patriótica do Norte por 260 contos, com uma área de 13 mil metros quadrados, sendo mil de área coberta. Este ato levaria a uma hipoteca que depauperou os meios da Junta (110 contos). Foi aí que surgiu a LCGG com o apoio imediato de 5000 contos, acrescidos de 1.500 escudos anuais, pagando de imediato 10 anos adiantados. O Lar passou então a receber também órfãos indicados pela Liga e pagos por esta, em número acordado com a Junta.

Passados 20 anos, a situação da Junta tornou-se insustentável e o Prof. Alberto Aguiar considera então a LCGG cito “Como a entidade que compreende e admira o esforço da Junta e a única capaz de a perfilhar, elevando-a a obra de proteção dos órfãos”. A Junta cede então por doação gratuita, a propriedade “Quinta Amarela” à LCGG, que entre obrigações materiais, como a satisfação das amortizações e juros, recebeu da Junta fervorosa e confiante, cito “a herança espiritual da sua aspiração máxima que Casa dos Filhos dos Soldados, se não extinga, mas se transforme como testemunho perpétuo da gratidão portuense nos defensores da Pátria em uma obra de Assistência Social ...” Estávamos em 6 de abril de 1937. Há, portanto, 75 Anos que a liga dos Combatentes vem cumprindo este desígnio, esta obrigação moral, este serviço prestado ao país, este compromisso histórico. Hoje voltámos às origens e inauguramos uma creche. Repomos a história, cumprimos um compromisso e satisfazemos necessidades de combatentes, famílias e membros da Liga. Amanhã, estaremos aqui para garantir o testemunho perpétuo de gratidão com que nos comprometemos inaugurando um Lar dos Combatentes, garantindo a continuidade da nossa obra assistencial.

É esse objetivo patriótico e humanitário que nos move. É para o atingir que continuamos a necessitar de apoios. Do Estado, de Mecenas e da própria Câmara Municipal do Porto grande responsável pela criação da Junta Patriótica do Norte e da herança da Liga dos Combatentes.

A presença de V<sup>ª</sup> Ex<sup>ª</sup> senhor SEADN é não só uma honra, mas a fundada esperança de que os objetivos e obrigações que aqui, nesta casa do Porto, há anos vimos desenvolvendo, tenham a sua finalização para apoio dos combatentes e suas famílias.

Uma palavra de apreço e agradecimento à Direção do Lar dos Filhos dos Combatentes do Porto pela Dedicção e trabalho voluntário que há anos vêm desenvolvendo para que os nossos objetivos sejam atingidos e o Lar dos Filhos dos Combatentes seja revitalizado, modernizado e adaptado aos novos tempos.

Finalmente peço aos ilustres representantes da Segurança Social que transmitam superiormente, nomeadamente ao Senhor Secretário de Estado, Dr. Marco António, os agradecimentos pelo apoio dado pelo Ministério não só na materialização da Creche como para a garantia do seu funcionamento. Não posso, no entanto, deixar de solicitar profundamente o apoio para que o esforço que estamos fazendo para reabilitação deste espaço para que aqui funcione em breve um Lar dos Combatentes idosos seja uma realidade.

A visita dar-vos-á a certeza e o merecimento desse apoio, aos que se bateram pelo país. O Porto honrará a sua tradição solidária e humanitária. O estado não nos abandonará nas suas prioridades de apoio solidário e humanitário. Da Pátria esperamos que “faça mais do que é costume”!

O Presidente da Liga dos Combatentes  
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

## EVOCAÇÃO DO 94.º ANIVERSÁRIO DO FIM DA GRANDE GUERRA, 89.º ANIVERSÁRIO DA LIGA DOS COMBATENTES E 38.º ANIVERSÁRIO DO FIM DA GUERRA DO ULTRAMAR

11 de novembro de 2012

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Exmo. Senhor Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Luís Esteves Araújo

Como o mais alto responsável pela defesa militar da República é com muita honra e profundo respeito que o recebemos hoje, para presidir a esta cerimónia evocativa da Paz e Solidariedade entre nações e cidadãos combatentes.

Conhece V.ª Ex.ª os Teatros de Operações ultramarinos onde, como muitos de nós, se bateu com honra e dignidade ao serviço das Forças armadas Portuguesas de que hoje é o responsável máximo.

Agradecemos sensibilizados a sua presença e o seu apoio real e incentivo permanente à Liga dos Combatentes e aos combatentes em geral. Conta por isso com a nossa admiração e compreensão neste momento difícil e complexo da vida nacional.

Exmo. Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional Eng.º Braga Lino em representação de Sua Exa o Ministro da Defesa Nacional

Há precisamente um ano, neste mesmo local e em cerimónia idêntica, Sua Exa o Ministro da Defesa Nacional, afirmava ser a cerimónia mais importante que até aí tinha presidido. Afirmção que entendemos como de reconhecimento pela singularidade e significado deste lugar e pelas centenas de milhares de portugueses que durante o séc. XX deram corpo e alma a esta instituição patriótica e humanitária e a outras organizações de combatentes.

Temos Va Exa mais uma vez connosco, hoje em representação de sua Exa o ministro da defesa nacional. Esperamos que um ano decorrido, os motivos de celebração desta cerimónia e as circunstâncias da sua realização permitam manter a opinião então formulada.

O 11 de novembro e o 9 de abril são marcos da história militar de Portugal que a Liga dos Combatentes tem mantido e sempre manterá bem vivos.

Agradecemos a V.ª Ex.ª a estimulante presença e agradecemos o apoio que vem prestando à Liga dos Combatentes e aos combatentes em geral.

Exmo. Senhor Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante José Saldanha Lopes; Exmo. Senhor Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, General José Araújo Pinheiro; Exmo. Senhor Chefe do Estado-maior do Exército General Artur Pina Monteiro

A Vossas Ex.ªs, como responsáveis pela defesa militar da Republica, presto a minha homenagem.

Neste dia em que evocamos dois momentos de paz, anos após, às nossas Forças Armadas ter sido determinado que fizessem a guerra, com as consequências de todos conhecidas, sublinho a forma como sempre reconheceram e se curvaram perante os caídos e apoiaram e apoiam os combatentes saídos com vida dos conflitos em que Portugal têm tomado parte.

A Liga dos Combatentes agradece a V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup> a compreensão permanente e o apoio moral e apoio material concedidos.

Exmo. Senhor Deputado à Assembleia da República, Dr. Hélder Sousa Silva; Senhor General Chefe da Casa Militar de sua Exa o Presidente da República General Carvalho dos Reis; Senhor Diretor Nacional da PSP Superintendente Paulo Jorge Valente Gomes; Senhor General representante do Comandante-geral da GNR; Senhor Vereador Dr. Manuel Brito representante do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa; Senhor Dr. Fernando Rosa Presidente da Junta de Freguesia de Belém; Senhor Inspetor Geral da Defesa Nacional Dr. Rogério Rodrigues; Senhor Diretor geral de pessoal e recrutamento militar Dr. Alberto Coelho; Senhor Presidente do IASFA general Fialho da Rosa; Senhor General representante do Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa; Senhores Almirantes, Senhores Generais e Diretores Gerais; Senhores Adidos de Defesa de Países Amigos; Senhores Presidentes e Membros do Conselho Supremo e Fiscal da Liga dos Combatentes; Senhores Presidentes de Associações de Combatentes Nacionais e Estrangeiras e de Núcleos da Liga dos Combatentes

Ilustres Convidados

Minhas Senhoras e meus Senhores  
Combatentes

Desde há quatro anos que, por motivos de economia de meios, decidimos no dia 11 de novembro evocar numa mesma cerimónia, o dia do Armistício da IGG, o dia do fim da guerra do Ultramar e o dia da Liga dos Combatentes, que decorreu a 16 de outubro.

Estão também connosco neste dia Associações de Combatentes e Associações estrangeiras a quem felicitamos e agradecemos a presença.

Como sempre, nos cem núcleos espalhados pelo país e pelo estrangeiro, a Liga dos Combatentes leva a efeito cerimónias locais evocativas destas mesmas efemérides. Já hoje estivemos na Avenida da Liberdade junto ao Monumento aos Combatentes da IGG onde colocámos uma coroa de flores.

Com essas cerimónias, promovemos a História e o amor à Pátria evocando os feitos do soldado português, nomeadamente no século XX e XXI.

Cultivamos viva a memória dos que caíram, ao mesmo tempo que damos o exemplo e incentivamos os que hoje servem Portugal nas Forças Armadas e Forças de Segurança.

Forças de Segurança de que hoje distinguimos a Polícia de Segurança Pública. Temos a honra de ter hoje connosco como entidade convidada para nos proferir uma alocução, o Exmo. Senhor Diretor Nacional da PSP, Superintendente Paulo Jorge Valente Gomes, que amavelmente acedeu ao nosso convite.

Descerraremos uma placa com o nome dos seus mortos, caídos na guerra do ultramar em ações de combate no apoio às Forças Armadas e inauguraremos no Museu do Combatente um espaço museológico dedicado à PSP que se juntará aos já existentes, da Marinha, do Exército, da Força Aérea e da GNR.

Evocamos hoje o Armistício de uma Guerra da qual se aproxima o Centenário do seu início. O ano de 2014 e seguintes, em toda a Europa e não só, serão anos de evocação e memória.

A Liga dos Combatentes continuará a não esquecer as suas tradições históricas. Estamos disponíveis para colaborar com as Forças Armadas e a sociedade civil nas ações que coordenadamente for entendido serem desenvolvidas.

A Primeira Guerra Mundial ocorre na Europa e em todo o mundo de 1914 a 1918. Envolve nações de todos os continentes, de que se destacam no teatro europeu a Rússia, a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha e o Império Austro-Húngaro. Para além da destruição estima-se que tenham morrido mais de oito milhões de pessoas.

O Armistício, assinado a 11 de novembro de 1918 em Compiègne, pôs fim a esse brutal conflito armado, determinando a derrota das forças germânicas e seus aliados.

A guerra evoluiu favoravelmente no Ocidente com o início da guerra submarina. A partir de fevereiro de 1917 os Estados Unidos da América entram em guerra do lado dos Aliados, fator que se revelou decisivo, face às dificuldades sentidas devido ao abandono do conflito por parte da Rússia, após a sua revolução interna desse mesmo ano.

O descontentamento do povo alemão e o seu grave problema económico, contribuíram para a derrota de umas forças armadas que se mantinham até certo ponto operacionais.

A 18 de julho e a 11 de agosto de 1918 os Aliados obtêm vitórias significativas entre Reims e Soissons, induzindo o marechal Ludendorff a pedir o final da guerra a 14 de agosto de 1918.

Entretanto, o governo alemão propôs um armistício ao Presidente americano Thomas Wilson tendo depois o governo sido entregue por Maximiliano da Baviera a Friedrich Ebert e Philipp Scheideman que proclamou a República.

Guilherme II parte para o exílio, sendo então assinado o armistício que punha um ponto final à IGG. desenvolvimento do Armistício levaria a Europa, 21 anos depois, por razões políticas semelhantes, a uma II Guerra Mundial, apenas se conseguindo a Paz prolongada, pela dissuasão do terror.

A evocação de períodos da História como estes, em momentos de crise grave, é importante e mesmo fundamental, para que nas decisões a tomar pelos governos, estes os tenham em consideração e não criem condições políticas e sociais, para que se repitam.

Para Portugal, para quem na IGG foi vital defender, com pesadas baixas, as então colónias portuguesas que a conferência de Berlim aconselhara a ocupar, a história viria a evoluir rapidamente, obrigando a uma atitude estratégica defensiva de iniciativa própria, mas contra os ventos que a história fizera mudar de sentido e de quadrante.

A guerra do ultramar fez-se. Temos ainda nas mãos muitas das suas consequências. Passados que são 38 anos sobre o fim dessa guerra, que hoje igualmente evocamos, para além de problemas de âmbito nacional, continuam por resolver muitos problemas dos combatentes e suas famílias por nunca ter existido uma política global de apoio social e de saúde estável e bem definida, caindo sobre o movimento associativo um esforço enorme na luta pela resolução dos problemas com que se têm deparado os combatentes.

É real que nos últimos anos se vem notando um reconhecimento por parte dos responsáveis políticos dos sacrifícios porque passaram e dos serviços prestados por esses cidadãos, nomeadamente no dia 10 de Junho e em dias como o 9 de abril ou o de hoje, já que no que diz respeito à resolução de problemas concretos, de apoio material, social e de saúde, há um longo caminho a percorrer. É nessa luta permanente que a Liga dos Combatentes está e sempre esteve empenhada.

Nos cem Núcleos existentes, a Liga dos Combatentes apoia diariamente os combatentes no esclarecimento e encaminhamento quer de assuntos de carácter militar do seu interesse, quer no apoio e resolução de problemas de carácter social e da saúde, não esquecendo a cultura, o ensino, o trabalho, o lazer, em quatro palavras, os Valores, a Solidariedade e o Apoio Mútuo.

Gostaria de ver melhor reconhecida essa capacidade de resposta e de economia de meios que é intrínseca à Liga dos Combatentes. Sobre as atividades do ano em curso permitam-me que fale mais de resultados do que de problemas e transmita a convicção e determinação de que ultrapassaremos as dificuldades que se nos deparam.

No corrente ano e em síntese, saliento os Programas Estratégicos e Estruturantes:

- No **Programa Liga Solidária**, após a finalização da 1a fase do Lar do Porto por adaptação do Lar dos Filhos dos Combatentes, vamos fazer o Lançamento da 2a fase das obras, atrasadas pelo facto de nos ser exigido pela Câmara Municipal do Porto a verba de 10.000 Euros pelo simples levantamento de um Alvará que nem a invocação de IPSS resolveu. Fizemos a inauguração da Creche com a presença do Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional. Pela quarta vez vamos concorrer para um Lar em Estremoz num programa do governo para o Alentejo.
- No **Programa Conservação das Memórias**, após a constituição de um ossário em Nampula, sublinhamos a realização da Operação Nova Frente 4 que materializou a quarta intervenção em Moçambique para localização concentração, identificação, dignificação e manutenção dos lugares onde se encontram inumados militares caídos ao serviço de Portugal. A recuperação e manutenção das três centenas de talhões existentes em Portugal, incluindo a cripta do Alto de S. João, completaram um trabalho permanente de um programa exigente e sem fim.
- No **Programa Cuidados de Saúde** materializámos este ano, os Centros de Apoio Médico Psicológico e Social de Beja, Angra do Heroísmo estando na sua fase final o do Funchal e que se juntam aos seis já existentes. Foi possível apoiar, neste programa, nos três primeiros trimestres do corrente ano, seis mil combatentes. Damos relevo ao Protocolo estabelecido com a Ordem Nacional dos Psicólogos e ao aumento das necessidades de apoio à deficiência física e mental e apoio social, sem meios necessários e suficientes, havendo que reduzir despesas e apoios.
- No **Programa Cultura Cidadania** e espírito de Defesa para além dos prémios escolares atribuídos a alunos dos estabelecimentos de ensino militar que se distinguiram nestes âmbitos, assinalo as 14 exposições levadas a efeito no Museu do Combatente bem como as 44 exposições organizadas pela DC com acervo próprio, em apoio dos núcleos e em cooperação com as autarquias. Sem despesas e com uma equipa diminuta. No âmbito do estudo e investigação da guerra do ultramar a continuação da Tertúlia Fim do Império e a

edição do 8.º e 9.º livros da Coleção com o mesmo nome em colaboração com a Comissão de História Militar e a Câmara Municipal de Oeiras.

- No que se refere ao **Programa Modernização e Inovação** sublinho a cooperação com a Torre do Tombo e a digitalização, sem despesas, dos arquivos da Liga dos Combatentes, para além dos 122.000 processos individuais já digitalizados, a digitalização dos Fundos do Fotógrafo Garcez, do Fundo fotográfico da embarcação Augusto Castilho, Da Comissão dos Padrões da Grande Guerra, do mestre Sousa Lopes, da FIDAC, do 18 de abril de 1925 e dos movimentos revoltosos de 1927.
- Continuou-se o esforço de dignificação das instalações dos Núcleos e a sua informatização. Salientam-se as novas instalações dos Núcleos do Funchal, do Sabugal, de Santo André, de Vila Franca de Xira, do Ribeirão, de Campo Maior, de Portimão, da Lourinhã, entre outros com o apoio das autarquias.
- Finalmente no **Programa Passagem do Testemunho**, procurámos, com os Ramos das Forças Armadas e as Forças de Segurança, divulgar os nossos objetivos, verificando-se na prática resultados positivos que se evidenciam pela existência de elementos jovens na Direção de alguns núcleos da Liga.

Minhas senhoras e meus Senhores

Somos uma instituição transversal da sociedade portuguesa. Como já tenho afirmado temos membros que vão do sem-abrigo a sua Exa o Presidente da República, do carpinteiro ao engenheiro, do soldado ao general, do agricultor ao empresário. Somos, pois, uma instituição complexa onde convergem todas as sensibilidades da sociedade portuguesa.

Vivemos e sentimos por isso os problemas que afetam as pessoas e a sociedade em geral. O seu bem-estar é o nosso bem-estar. A sua tristeza é a nossa tristeza. E com as suas vivências que nos debatemos dia a dia, como qualquer cidadão ou organização nacional.

O que nos suporta enquanto Instituição e nos transforma num conjunto coeso e determinado, integrador de todas as sensibilidades, é essa massa aglutinante dos Valores Superiores porque um dia nos batemos e a Solidariedade e o Apoio Mútuo que há cerca de um século praticamos. Enfim, essa eficiente mística, estratégica e taticamente articulada, que resulta da condição de termos sido militares, parte das nossas vidas, ao serviço das Forças Armadas portuguesas.

No nosso caso, combatentes em momentos históricos da vida de Portugal. Temos por isso moral para afirmar que, nas crises como na guerra, é preciso coragem e determinação para vencer, mas as vitórias só terão o seu real valor, se o nosso comportamento for exemplar e a ação, quer estratégica quer tática, conduzida da forma mais humana possível.

Aliás, foi essa a postura das Forças Armadas na guerra do ultramar. Por mais que alguns se preocupem em evidenciar as exceções negativas nos catorze anos de conflito, querendo fazer passar uma postura estratégica reprovável, o comportamento das Forças Armadas foi digno e o mais humano possível, havendo de facto "um modo português de fazer" e resolver a guerra. A memória e o sentimento de amizade que nos transmitem os povos africanos e os nossos próprios adversários diretos, nos contactos de hoje, são disso testemunha. Terminou então, mais um período da História de Portugal. Terminou então o Império africano, como já havia terminado o Império das Índias e o Império do Brasil.

Mas resta-nos um grande Império. O Império que os Impérios perdidos sempre deixaram submerso. O Império da Alma. Esse Império de milhões de homens e mulheres portugueses, hoje espalhados pelo mundo.

Pela Europa, pelo Canadá, pelos EUA, pelo Brasil, por Africa, pela Asia e pela Oceânia. É a esse mundo português, que denomino de Império da Alma, que importa hoje reconhecer e dar corpo. Aproveitar o seu portuguesismo profundo, a sua saudade salutar, a sua disponibilidade, a sua riqueza material e sentimental, enfim, reconhecer hoje e aprofundar essa informal realidade filosófica, sociológica, antropológica e porque não essa oportunidade política e económica.

Como fator determinantemente influenciador de um Conceito Estratégico Nacional evoco o potencial moral e material desse Império da Alma com o qual, de outras vezes, e noutros lugares deparei, como agora aconteceu ao visitar recentemente três Núcleos da Liga dos Combatentes, no Canadá. Como é forte o potencial de portuguesismo e compreensão que emanam.

Permitam-me que termine, neste dia de evocação da Paz, do fim de dois grandes conflitos e do nascimento da Liga dos Combatentes, com um poema que dedico a esses portugueses da diáspora, muitos deles antigos combatentes, que um dia, tendo que deixar o lugar onde nasceram, combateram e combatem de Portugal ao peito, construindo as suas vidas e sempre disponíveis para contribuir para a construção de um novo Portugal.

Transformemos este Império da Alma num Império em rede, com Corpo e Alma.

## IMPÉRIO DA ALMA

*Enorme Império da Alma  
Se espalha pelo mundo inteiro  
Saudade sustenta, acalma  
Da diáspora ao pioneiro  
Portugueses emigrantes  
Dispersos por esse mundo  
São belo mundo errante  
Orgulhoso lá no fundo  
Novo império sobressai  
Por entre impérios perdidos  
Império da Alma não cai  
Entre mortos e feridos  
Respira-se o patriotismo  
De quem ama o seu país  
A eles sobra carisma  
É forte a sua raiz.*

O Presidente da Liga dos Combatentes  
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general